

## **CIDADES: BREVES DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE SEUS CONTEXTOS SOCIAIS, EDUCATIVOS E AMBIENTAIS.**

*Valeriê Cardoso Machado*

### **RESUMO**

Este artigo pretende fazer uma discussão teórica sobre os efeitos da globalização e da modernidade nas áreas urbanas sob diferentes aspectos: sociais, educativos e ambientais. As discussões teóricas se pautam no modelo de sociedade originado da globalização, modelo este, baseado no consumo de mercadorias e de espaços urbanos. Esses diversos consumos levam as pessoas a tornarem-se consumidores de ilusões, as ruas uma vitrine e a mercadoria espetáculo. Quando isso ocorre em áreas urbanizadas, acontece uma constante mudança de valores onde o ter é expressamente mais importante que o ser, levando à sociedade entrar em crises culturais e de identidade favorecendo os conflitos, a exclusão e o preconceito. Com base nessas questões e entendendo que o consumo dos espaços urbanos são diferenciados de acordo com a classe social da população, percebe-se que os problemas ambientais afetam sobremaneira as áreas de periferia, onde a população pobre foi excluída. Contudo, são evidentes que nas áreas mais nobres, onde os ricos se auto-segregam também existem problemas ambientais, no entanto, são mascarados, camuflados para a beleza artificial da imagem, a qual se tornando espetáculo transforma os habitantes em consumidores de ilusão. Frente a essas afirmações concebe-se o papel fundamental das cidades no processo de ensino-aprendizagem, pois as áreas urbanas além de possuir mecanismos que educam (símbolos, sinais, legislação, espacialidade, etc.) podem se tornar objetos de estudo e fazer parte de conteúdos escolares, especialmente da Geografia. Através do esclarecimento do potencial educativo das cidades, este trabalho fará, de forma sucinta, uma relação teórica com o Projeto Educativo de Cidade proposto pela cidade de Barcelona, na Espanha, e com teorias de cidades educadoras propostas por cientistas brasileiros com vistas à construção de cidadania.

**Palavras-chave:** Cidades. Globalização. Ensino de Geografia. Cidade Educadora. Cidadania.

## INTRODUÇÃO

Atualmente a maioria da população vive nas cidades (CASTELLAR, 2009, p.45). Isso torna o estudo científico das áreas urbanizadas extremamente importante e necessário, tanto para as questões sociais, educacionais como para ambientais.

O ser humano, na sua singularidade, possui contradições e conflitos dentro dele, os quais somados aos conflitos de milhões de pessoas vivendo muito próximas umas das outras geram conflitos de vários âmbitos, o que faz a cidade ser palco de inúmeras revoluções, como também de expressões artísticas e culturais. Entretanto, Borja (2003, p.27) afirma ser normal haver conflitos nas cidades quando escreve que o “conflito social é inerente à cidade, porque os projetos humanos são contraditórios, respondem a demandas e valores diversos, a necessidades e interesses opostos”.

Como a maioria da população é urbana, é nas cidades que os fatos e os conflitos acontecem, que o capitalismo<sup>1</sup> se desenvolve de maneira extraordinária e que a sociedade se mostra com suas diversas ideologias, crenças, hábitos e costumes. Se é nas cidades que as pessoas moram, trabalham e passam a maior parte da sua vida, esse lugar precisa oferecer, uma boa qualidade de vida, gerada especialmente pelos direitos dos cidadãos como o acesso às boas condições de saúde, educação e trabalho, aos meios de transportes, às áreas de lazer, ao conforto da água tratada, do saneamento básico, da moradia digna, além de condições ambientais favoráveis, com menos poluição, com áreas mais arborizadas, com reciclagem de lixo, com aproveitamento da luz solar, em síntese, com um ambiente mais limpo, menos degradante e sustentável.

Contudo, para a população usufruir desses direitos (os quais são pagos por ela através de impostos) é necessário, obviamente, que ela saiba quais são eles e somente conseguirá isso através da educação. Entretanto, esta deverá ser crítica, reflexiva e compromissada para que o cidadão descubra quais são seus direitos e deveres e lute por eles, exercendo sua cidadania e contribuindo para a gestão da sua cidade.

---

<sup>1</sup> Este texto tratará especificamente das questões urbanas, no entanto, não se pode esquecer que o campo também possui problemas especialmente advindos do capitalismo e do modelo moderno de produção. Castellar (2009, p.45) explica que em muitos países como o Brasil, o campo está se urbanizando e como consequência disto, a população migra para as cidades.

Para haver uma reflexão a cerca dos direitos do cidadãos, é necessário discorrer sobre alguns aspectos que geralmente exime a população do usufruto de seus direitos, sendo que um deles é a globalização, o capitalismo e a modernidade.

## **A CIDADE E OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO**

A globalização é fruto do desenvolvimento do capitalismo e dos meios de comunicação e de transporte, sendo assim, são nas cidades que esse desenvolvimento será mais notável, pois é onde estão localizadas as sedes de inúmeras empresas, as indústrias, e, claro, as pessoas, para trabalhar e consumir as mercadorias produzidas por elas mesmas satisfazendo o capitalismo e a sociedade alienada, que Debord (1997) chamou de sociedade do espetáculo.

Desde a primeira revolução industrial, a sociedade passou a ser escrava do trabalho para poder garantir o mínimo da sobrevivência – alimentação e moradia – para isso trabalhando muitas horas por dia e ganhando um salário ínfimo, se transformando na sociedade proletarizada, alienada, cujo padrão explora sua força de trabalho através da mais-valia. Essa situação, ao longo dos tempos e através do desenvolvimento dos meios de comunicação, transformou a população em meros espectadores da realidade, “objeto de mera contemplação”. Para Debord (1997, p.13) “as sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresentam como uma imensa acumulação de espetáculos...”, sendo assim, para esse autor, “a raiz do espetáculo está no terreno da economia que se tornou abundante, e daí vêm os frutos que tendem afinal a dominar o mercado espetacular” (DEBORD, 1997, p.11).

Atualmente nossa sociedade vive em um mundo de imagens, onde a mídia cada dia mais deslumbra as pessoas e faz com que “o mundo real se transforme em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico” (DEBORD, 1997, p.18), ou seja, as pessoas ficam enfeitiçadas com as imagens e representações que não conseguem fazer e pensar nada além de trabalhar para consumir os frutos das imagens que são gerados e produzidos pela ação do capitalismo, através da produção da própria sociedade, a qual Debord (1997, p.14) denominou de espetáculo e definiu que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens”.

Essas imagens produzidas pela mídia a favor do capitalismo transformam a população em consumidores disfarçados e iludidos, pois para Debord (1997, p.33) “o consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral”. A respeito dessa questão, Lefebvre (1999, p.24) complementa os pensamentos de Debord ao explicar que quando as pessoas consomem as mercadorias, ilusoria e alienadamente encontram “no mercado o caminho da liberdade”.

Esse mercado geralmente se concentra nas ruas ou em templos do consumo – shoppings – sobre isso, Lefebvre (1999, p.30) complementa as idéias de Debord e explica que a rua é “uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras”.

Em seu livro “A sociedade do espetáculo”, Debord (1997, p.18) demonstra no que a sociedade atual se transformou, e explica que, hoje, ela sobrevive a peserosa “degradação do *ser* para o *ter*, e depois, do *ter* para o *aparecer*”, consequência da alienação induzida pelo capitalismo através da mídia. Debord (1997, p.13) sintetiza essa condição da sociedade através de uma citação de Feuerbach (Prefácio da segunda edição de “A essência do cristianismo”):

E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a *ilusão* é sagrada, e a *verdade* é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o *cúmulo da ilusão* fica sendo o *cúmulo do sagrado*. (grifo do autor)

Toda a ilusão vivida pela população acaba por acentuar as contradições geradas pela globalização, sendo que “tudo parece mas não é”. Ao mesmo tempo em que os espaços se homogenizam, a heterogeneidade é valorizada, ou seja, os hábitos dos ocidentais estão se propagando pelo mundo, todavia, é a diferença dos hábitos que cria curiosidade, agrega valor e a “competitividade é feita, contrária à banalização e a homogeneidade” (BORJA, 2002, p.14).

Nesse contexto, Castellar (2009, p.41) explica com outras palavras algo semelhante a Borja, que a globalização acentua “dois fenômenos paradoxais: de um lado, a homogeneização dos espaços e da sociedade, de outro, a ampliação das desigualdades [...] como a exclusão social, [...], a violência, a fragmentação territorial, o desemprego, a contaminação ambiental”.

Entretanto, para Stuart Hall (1997), são essas contradições que levam as sociedades a caírem em crises de identidades, consequência da globalização e da rapidez trazida por ela. Para esse autor, a mudança estrutural das sociedades modernas (sem sólidas localizações) tem feito o indivíduo perder o “sentido de si”, levando-o a uma crise de identidade, com dúvidas e incertezas sobre algo que não está estável e fixo dentro dele.

A identidade do ser humano é singular e segundo Hall (1997, p.21) pode mudar “de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado... pode ser ganhada ou perdida...”, por isso a crise de identidade pode levar populações a realizarem revoluções, principalmente urbanas, pois são nas cidades que a multiculturalidade se apresenta grandiosamente e é também onde o indivíduo está em contato direto com vários grupos culturais diferentes. Esse indivíduo é chamado por Hall (1997) de sujeito pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, essencial e permanente.

Mas o que vem a ser identidade? E porque ela pode ser tão importante para a população urbana?

Identidade para Stuart Hall (1997, p.10) é algo com um “conceito complexo, pouco compreendido e não conclusivo, mas que, desde o Iluminismo, se supõe definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos”, ou seja, é tudo o que temos no nosso interior, somados às nossas crenças, costumes, hábitos, modos de pensar, agir, vestir, etc., é o que Hall (1997, p.08) denomina de identidade cultural, a qual está diretamente relacionada com os aspectos e costumes da nação a qual pertencemos.

Com base nas afirmações anteriormente citadas, entende-se porque a identidade é algo expressivo e importante na cidade, pois o indivíduo tem contato com sujeitos de diversas culturas e com hábitos diferentes, fazendo-o repensar seus conceitos e possivelmente mudar sua identidade ou possuir várias. E essa mudança ou fragmentação da identidade geralmente é encarada como crise, algo ruim, fazendo a pessoa confundir seus sentimentos. Em uma cidade, onde residem inúmeras pessoas, certamente existirá muitas com crise de identidade, e isso poderá acarretar preconceitos, brigas e exclusões sociais.

Sobre essa multiculturalidade que pode interferir nas identidades dos povos, Lefebvre (1991p.52) afirma também que a globalização é a causa dessas mudanças culturais ao escrever que:

os processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade... influenciaram os tempos e os espaços urbanos, ... permitindo que grupos aí se introduzissem... esculpindo o espaço..., atribuindo-se ritmos. Tais grupos igualmente inovaram no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças... Essas transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações...

Essas mudanças culturais oriundas da globalização, Lefebvre (1999, p.19) denomina de revolução urbana e a caracteriza como uma transição por qual toda cidade que está crescendo e se industrializando obrigatoriamente passará, mas que chegará ao ponto em que a busca de soluções para os problemas da sociedade estará em primeiro plano.

Borja (2005, p.12) a respeito da revolução urbana concorda parcialmente com Lefebvre, pois para ele, essa revolução não é causada pela globalização, mas por fatores (tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais) que em conjunto estão vinculados a ela. Sobre isso, Borja (2005, p.17) explica que as cidades são ambivalentes, ou seja, ao mesmo tempo são, submissas e resistentes, contra os efeitos perversos da globalização.

Castellar (2009, p.52) complementa essas idéias ao explicar que a “sociedade se organiza em função da urbanização” e que a cidade é a “expressão de um modo de vida e desse modo de vida como expressão de um modo de produção”. Sendo assim, para essa autora, a cidade atribui o conceito de Lugar de vivência,

entendendo que a vida cotidiana transcorre nas redes organizadas e itinerários da cidade e, ainda, que as mudanças culturais produzidas pelas raízes do local ou pela globalização da sociedade, da informação e do consumo constituem um dos elementos mais significativos da organização da vida urbana (CASTELLAR, 2009, p.39).

Através da análise das obras dos autores já citados, pode-se entender que a globalização e o modelo de sociedade originado a partir dela estão a todo instante transformando o espaço público de diversas maneiras, muitas vezes gerando conflitos entre as pessoas que habitam as cidades. Esses conflitos são causados por inúmeros problemas como a convivência de grupos étnicos e culturais diferentes, a existência de classes sociais, a exclusão social, os preconceitos, entre outros.

Sobre essa questão, Borja (2003, p.32) “percebe a cidade como lugar de crise permanente, de acumulação de problemas sociais, de exclusão e de violência. O lugar do medo que privatiza em vez de socializar o teórico espaço público, de limites difusos e crescimentos

confusos...”. Todavia, a cidade é antes de tudo um espaço público, um lugar aberto e significativo em que se encontram todo tipo de fluxo, onde a cidade, o espaço público e a cidadania estão relacionados dialeticamente, sendo que nenhum desses três conceitos pode existir separadamente, pois nossa vida depende, em boa parte, desta relação (BORJA, 2003, p.22).

A respeito da cidadania, Borja (2003, p.21) diz que, historicamente, ela é o estatuto da pessoa que habita a cidade, uma criação humana para que nela vivam seres livres e iguais. Para esse autor, “a cidadania é uma conquista cotidiana”, pois as práticas segregadoras e excludentes existem e se renovam dia após dia, então “a vida social e urbana nos exige conquistar constantemente nossos direitos. A cidadania se adquire por meio de uma predisposição para a ação, a vontade de exercer as liberdades urbanas, de assumir a dignidade de considerar-se igual aos outros” (BORJA, 2003,p.25).

Gómez-Granell e Vila (2001, p.23) complementam as explicações de Borja ao afirmar que, para viver nas cidades com menos conflitos é necessário “la construcción de una identidad ciudadana común” e para eles isso só será possível através do “reconocimiento de las diferencias y, al mismo tiempo, desde la afirmación de unos valores comunes que deben impregnar el tejido social y las acciones colectivas”. Esses autores ratificam essa questão ao afirmar que as cidades devem:

fomentar mecanismos e instrumentos que hagan posible el reconocimiento del otro, mecanismos que deben servir para combatir prejuicios y estereotipos y, por lo tanto, para promover lazos solidarios entre a ciudadanía que sirvan para a mutua cooperación en la construcción de la cohesión social. Aprender a convivir y, en consecuencia, a conciliar intereses individuales y coletivos desde el diálogo y la participación será fundamental en una sociedad en la que la heterogeneidad estará cada vez más presente. (GÓMEZ-GRANELL e VILA, 2001, p.23)

A gestão da cidade, pelo que se pode compreender, deve ser feita com o propósito de oferecer condições dignas para sua população e isso inclui especialmente a criação de espaços públicos para as pessoas poderem andar, passear, contemplar monumentos, compartilhar problemas cotidianos, viver coletivamente, ou seja, consumir a cidade e expressar sua cultura, pois para Cavalcanti (2004, p.152) a cidade por si só é um espaço público e, sendo assim, “tem a responsabilidade de viabilizar, de permitir e de incentivar essa vida coletiva, de orientar para essa coexistência humana...”.

A cidade ao oferecer esses espaços públicos e estimular a coletividade, está ao

mesmo tempo contribuindo para o indivíduo conquistar sua cidadania e participar da gestão de sua cidade. No entanto, se a gestão urbana não promover a coletividade certamente contribuirá para a segregação dos espaços urbanos e estimulará a dominação e a ideologia das classes com maior poder aquisitivo.

Para Caldeira (2003, p.211), o que as cidades tem feito é justamente a criação de regras que organizam o espaço urbano e estimulam a diferenciação social e a separação de ricos e pobres. Essa separação, se torna evidente ao observar os bairros das cidades, onde os ricos se “isolam” através de “enclaves fortificados” (denominação que Caldeira atribui aos condomínios fechados) geralmente em lugares mais afastados e os pobres se localizam nas periferias ou nos centros das cidades, utilizando normalmente a autoconstrução de suas moradias e recebendo mínima infra-estrutura de água, esgoto, transporte, saúde, segurança, educação... Assim, mudando a configuração do espaço urbano e fragmentando a cidade. Essa separação autônoma dos ricos, Villaça (1998) denomina de segregação voluntária ou auto-segregação, já os pobres que não podem escolher onde morar, se transformam em excluídos, ou seja, segregados involuntariamente.

Ainda a respeito dessa separação, Caldeira (2003, p.255) explica que geralmente a causa dessa divisão e distanciamento social é o “crescente medo do crime e da preocupação com a decadência social”, entretanto, além de haver essa distinção, as pessoas de diferentes grupos sociais passam a não tolerar os costumes de outros grupos, contribuindo ainda mais para o distanciamento e para a existência de conflitos sociais, deixando de lado o exercício da cidadania.

Esses conflitos gerados pela intolerância frente às diferenças culturais se manifestam de forma contrária ao que Geertz (1989, p.20) entende por cultura, pois, o autor explica que, a cultura é um documento de atuação, e portanto, é pública. Esse autor complementa afirmando que, “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”, ou seja, respeitar as diversidades. Todavia, sobre essa questão Caldeira (2003) explicita que, as cidades não estão deixando as pessoas exercerem seus direitos de privacidade e de expressão, ou seja, estão impedindo as manifestações culturais e promovendo os conflitos sociais.

Cavalcanti (2002, p.57) complementa as idéias desses autores ao afirmar que “o direito de habitar é mais do que morar, é morar bem, freqüentar a cidade, morar com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura,

construir identidades”.

Mas será que a globalização, seus efeitos e o modelo de sociedade imposto tem afetado somente a questão social e cidadã da população urbana? Obviamente não. Além de todos os aspectos mencionados sobre exclusão social, segregação social, cidadania, espaços públicos, não é permitido esquecer que concomitante a todos esses problemas sociais, existe uma situação ambiental caótica advinda especialmente da falta de infra-estrutura urbana e de pouca responsabilidade das gestões municipais.

## **A CIDADE E AS QUESTÕES AMBIENTAIS**

A origem das modernas tecnologias, da sociedade de consumo ou do espetáculo, do capital virtual, da rapidez constante, das mudanças contínuas, da corrida contra o relógio, da obsolescência programada, do lucro a qualquer preço e a qualquer custo, enfim, da busca desenfreada pelo dinheiro, fez com que os recursos naturais fossem utilizados em larga escala sem nenhum cuidado e respeito à natureza e ao próprio ser humano, já que ele também faz parte dessa natureza.

As cidades são grandes centros poluidores, entretanto, não podemos esquecer de toda a poluição e desmatamento oriundos da área rural, como exemplo a destruição da Floresta Amazônica, que geralmente é notícia jornais televisivos. Contudo, são nas cidades que realmente a degradação ambiental é gigantesca e “variada”, pois há indústrias, esgoto, queima de combustíveis fósseis, sem esquecer do desmatamento para ampliação da área urbana e do mau planejamento que gera voçorocas, deslizamentos de encostas, alagamentos de avenidas, entre outros.

De acordo com Cervera-March e Gómez-Granell (2001, p.84), a globalização está vinculada ao que se refere ao meio ambiente, é necessário pensá-la para identificar a origem dos problemas ambientais e buscar soluções. Segundo esses autores, a humanidade enfrenta dois grandes problemas ambientais interligados: “su progresivo deterioro, y la escasez de recursos”, pois para eles o grande erro da humanidade foi acreditar que a natureza é uma fonte inesgotável de recursos e um poço sem fundo onde podemos jogar os resíduos, sendo assim, eles alertam: “

Ya no somos una pequeña parte alojada en un inmenso jardín. El paraíso se há quedado pequeño, y corremos el riesgo de convertirlo en un patio de escombros bajo los cuales perezcamos.”

As cidades atualmente têm crescido com um desenvolvimento baseado na degradação permanente – contaminação, uniformização da paisagem urbana, concentração territorial da pobreza, segregação social, etc – os quais oferecem sérios problemas para a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos, como, também, a contaminação, o predomínio dos automóveis e de meios de transportes movidos a combustíveis fósseis, o baixo aproveitamento dos recursos energéticos, as dificuldades para reciclar resíduos e outros, são demonstrações dessa ideologia capitalista que as cidades vem se baseando para se desenvolver (CERVERA-MARCH e GÓMEZ-GRANELL, 2001, p.97).

A respeito dos automóveis, Cervera-March e Gómez-Granell (2001, p.98) afirmam que são muitas as pessoas que em diversas situações manifestam suas preocupações pelo aumento do tráfego de automóveis e contaminação atmosférica nas cidades. Entretanto, são poucas as que se manifestam dispostas a abandonar seu carro e a apoiar medidas públicas de restrição do trânsito no centro da cidade. Sobre isso, a questão da imposição (através de multas) do rodízio de placas dos automóveis na cidade de São Paulo exemplifica claramente essa “pouca” vontade das pessoas em abandonar seus carros em prol de diminuir o trânsito e contribuir para a menor emissão de gás carbônico.

No entanto, é imprescindível comentar sobre o caos dos transportes públicos no Brasil, fato que talvez justifique o porquê das pessoas não quererem abandonar seus carros e se locomover com o transporte público. Na maioria das capitais e grandes cidades brasileiras o transporte urbano é escasso frente à quantidade de pessoas que necessitam dele. Além da escassez, há superlotação, poucos horários, enfim, as pessoas não são transportadas com qualidade, dignidade, rapidez e segurança.

Refletindo sobre essa questão nota-se um ciclo vicioso onde a gestão urbana não oferece transporte público de qualidade para a população e esta, por sua vez, prefere se locomover com seu automóvel. Nesse caso, percebe-se que a poluição atmosférica fica em segundo plano, pois, os gestores não investem em transportes que não utilizem a queima de combustíveis fósseis e nem na quantidade e qualidade necessária, obrigando a população a utilizar seus carros que também são movidos à queima de combustíveis.

Lefebvre (1999, p.29) ao escrever sobre o significado das ruas nas cidades, satiriza, de certa forma, essa questão dos carros particulares e condena essa nova utilização das ruas: “a invasão dos automóveis e a pressão das indústrias, isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana”. São destruidores não somente da vida social e urbana, mas também do ar atmosférico das cidades e da saúde da população.

Essa questão dos automóveis e de todos os veículos automotores movidos a combustíveis fósseis é deveras contraditória, pois economicamente é muito mais rentável, e ambientalmente é muito mais sustentável, a utilização de bondes, metrô, trens, navios do que a utilização de carros, ônibus e caminhões. Então porque esses transportes são os mais utilizados especialmente no Brasil? A maioria da produção agrícola brasileira, como o comércio em geral é feito a partir de caminhões, sendo que trens transportariam uma maior quantidade, com mais rapidez e menor custo. A grande maioria do transporte urbano também é feito através de ônibus, muito mais poluentes e onerosos para a população.

Sobre essa questão, Caldeira (2003, p.219) explica que na cidade de São Paulo os bondes encerraram suas operações em 1968, dando lugar para os ônibus. Ela afirma ainda que os principais agentes de expansão dos serviços de ônibus foram empresários particulares, a maioria dos quais, também eram especuladores imobiliários, que contribuíram para o desenvolvimento do novo padrão de urbanização (grandes avenidas, deslocamento rápido de pessoas e mercadorias, etc.).

Ainda sobre os automóveis, Cervera-March e Gómez-Granell (2001, p.106) fazem uma análise sobre essa contradição trazida pelo capitalismo, demonstrada na utilização dos carros particulares:

como es posible que esse supuesto < bien >que la tecnología há puesto en nuestras manos, que nos permite disfrutar de tantas cosas buenas de la vida, provoque al mismo tiempo más de un centenar de miles de muertos cada año, nos < robe > un par de años de vida en aburridos desplazamientos, y sea una de las principales causas de un mal planetario que podría acabar em la mayor de las catástrofes?

Apesar de todas as afirmações desastrosas, Cervera-March e Gómez-Granell (2001, p.94) acreditam ser possível, atualmente, um desenvolvimento sustentável através da economia de energia, da menor utilização de recursos naturais, reciclagem de materiais,

utilização de combustíveis alternativos, e especialmente através da educação, a qual poderia contribuir efetivamente para a mudança de atitudes das populações. Segundo esses autores essa educação implicaria dois aspectos interligados: o primeiro, estaria ligado à mudança de mentalidade a partir de uma consciência cidadã dos problemas do atual modelo econômico de desenvolvimento; e o segundo, estaria relacionado à aprendizagem de uma nova forma de utilizar os recursos naturais que estão ao alcance de todos (MARCH e GÓMEZ-GRANELL, 2001, p.97).

Sobre essa educação que os autores anteriormente mencionam, Gómez-Granell e Vila (2001, p.12) afirmam ser necessário que pensemos numa educação que realmente cultive os valores de uma cidadania democrática, que seja ativa e participativa e que estimule a convivência e os interesses coletivos, compreendendo a importância da natureza para toda a sociedade.

Para haver realmente uma educação que promova a mudança de atitudes tanto social quanto ambiental, Cavalcanti (2002, p.17) afirma que essa educação deverá “desenvolver uma mentalidade holística de ambiente, que integre práticas individuais e coletivas”, fornecendo “instrumentos elementares para que os cidadãos possam enfrentar seu cotidiano com consciência e interatividade com o ambiente”. Cavalcanti (2002, p.43) explica ainda sobre os objetivos dessa educação voltada para a cidadania e para o respeito ao meio ambiente:

o objetivo é o de construir com os alunos, em consonância com o movimento social, uma ética ambiental que oriente práticas democráticas, solidárias, respeitadas, com a natureza e com o ambiente construído. O objetivo é o de levar o aluno a entender a lógica que alimenta a intensificação dos problemas ambientais atuais e levá-lo a uma atitude de responsabilidade com esses problemas. O objetivo é o de procurar desenvolver nos alunos uma atitude de agentes responsáveis pela construção de ambientes, mas não agentes genéricos, como se todos fossem iguais, mas como atuantes, cada um a seu modo, nessa construção.

As pessoas necessitam compreender que se cada um fizer sua parte, muitos problemas ambientais e sociais poderiam ser amenizados e até resolvidos, no entanto, é preciso ter ciência de que somos sim responsáveis, mas não da mesma forma ou do mesmo jeito, pois, não há como comparar um latifundiário com um pequeno produtor rural, ou uma multinacional com uma microempresa. Todos poluem, porém com intensidades diferentes. Sendo assim, Cavalcanti (2002, p.43) explica que a “superação de determinados problemas ambientais

depende, além de alterações do modo de produzir a sociedade, de mudanças de comportamentos sociais e culturais, o que implica mudanças nas percepções ambientais do cidadão”.

Percebe-se que as questões sociais estão diretamente ligadas as questões educacionais e ambientais, uma vinculada e dependente da outra. Para tanto, as cidades devem ser analisadas como sendo palco de movimentos sociais, de existência de escolas e, também, de problemas ambientais, sendo assim, é necessário que se construa uma educação que contemple esses três aspectos.

Como a cidade é um lugar que agrega todos esses problemas, a educação deveria ser baseada no ensino da/cidade, com princípios e concepções de que a cidade por si só educa, assim como explica Cavalcanti (2004, p.152), “a cidade não só reúne agentes, ela mesma é um agente educativo”, pois ela educa através de seus símbolos, sinais, legislação, espacialidade, etc.

## **A CIDADE EDUCADORA E A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA**

A sociedade atual vive um momento de mudanças constantes e rápidas em vários aspectos, a população precisa, então, se adaptar o mais rápido possível com as transformações para não ser excluída do mercado de trabalho, da sua vida social, etc. A única coisa que pouco mudou ao longo das décadas foi a importância da escola, do ensino e da educação na vida das pessoas. Entretanto, com todas as mudanças no mundo econômico, nas cidades, nas maneiras de adquirir conhecimentos, a escola também precisa ser maleável e encarar essas mudanças, fazendo com que os indivíduos se tornem cidadãos mais participativos e responsáveis social e ambientalmente.

Vintró (2001, p.36) concorda com a importância da educação para sociedade, ao escrever em seu artigo sobre as estatísticas a respeito das pessoas que estão presas, o índice de analfabetismo é gigantesco. Portanto, através desse dado entende-se que os indivíduos que não usufruírem de seu direito à educação terá mais chances de cair na marginalidade e ser excluído da sociedade, pois a educação tem um papel chave na construção dos valores e nas atitudes das pessoas (VINTRÓ, 2001, p.38).

Gómez-Granell e Vila (2001, p.13) afirmam que o sistema educativo é um conjunto formado por vários agentes sociais, não somente a escola é responsável pela educação,

mas todos esses agentes possuem sua cota de responsabilidade dentro da cidade, e que esta, necessita entender e assumir que “a educação é um elemento estratégico imprescindível para seu desenvolvimento harmônico e democrático”. Esses autores frisam a importância da educação para os cidadãos ao afirmar que

Las ciudades del futuro deberán decidir cuál es el modelo de vida urbana que desean para su ciudadanía y ello pasa necesariamente por la educación. Educar a los ciudadanos y ciudadanas conscientes de sus derechos y responsabilidades es tanto una exigencia de la vida en sociedad como una garantía para las libertades ciudadanas (GÓMEZ-GRANELL e VILA, 2001, p.15).

Através dos dizeres anteriores, Vintró (2001, p.38) complementa ao explicar sobre a importância da família para o desenvolvimento das crianças, pois se o sujeito nasce numa família desestruturada com pais e mães que por diversos motivos não podem dar atenção a seus filhos e ensinar-lhes valores para a vida coletiva, certamente esses jovens crescerão sem perspectivas de se tornarem cidadãos mais críticos e responsáveis.

Atualmente, vivemos num mundo repleto de informações onde sua acumulação parece a cada dia mais impossível, sendo assim, as pessoas precisam aprender a filtrar, selecionar, classificar e ordenar essas informações e transformá-las em conhecimento prático, pois segundo Gómez-Granell e Vila (2001) e Vintró (2001), o mercado de trabalho exigirá que o sujeito saiba transformar informação em conhecimento. Para tanto, a escola deverá estar apta para preparar esse indivíduo, e somente conseguirá, se investir na formação dos professores.

Todavia, Gómez-Granell e Vila (2001, p.20) alertam para o fato de que a escola ao invés de estar contribuindo para a melhoria da sociedade, tem reproduzido e consolidado as desigualdades. Para os autores, de certa forma há uma justificativa

Los alumnos viven inmersos en una sociedad compleja, a veces con familias desestructuradas, inmersos en mensajes televisivos o cinematográficos cargados de violencia, con constantes mensajes de consumismo, individualismo y competitividad; y todo esto que está en la sociedad, entra en la escuela sin que ésta tenga suficiente capacidad para contrarrestarlo; y, lo que es más grave, con la demanda social latente de que lo solucione. La escuela tiene que hacerse cargo de lá educación para la paz, para la no violencia, para la preservación del medio ambiente, para la educación no sexista, contra el racismo, etc. (GÓMEZ-GRANELL e VILA, 2001, p.27).

Para tentar solucionar esses problemas, Gómez-Granell e Vila (2001, p.28) apostam numa educação que articule os diferentes agentes sociais educativos para atuarem na comunidade através de um Projeto Educativo de Cidade, o qual estará embasado nas concepções da “pedagogia da cidade ou cidade como pedagogia”. Ou seja, encarando a cidade como fonte de conhecimento através de empresas, museus, meios de comunicação, famílias, associações, etc. (esses seriam os agentes sociais educativos), sendo que cada um desses assumiriam sua parte de responsabilidade para com a educação dos cidadãos.

De acordo com Vintro (2001, p.43), esse projeto educativo da cidade possui algumas linhas estratégicas, entre as principais estão: promover uma cidadania ativa, crítica, responsável e aberta à diversidade e formar a cidadania no uso sustentável dos recursos e proporcionar um ecossistema urbano integrado que melhore a qualidade de vida das pessoas.

Esse projeto educativo da cidade tem como princípio enxergar que a cidade é educadora em vários níveis, para Cavalcanti (2004, p.153) “compreender a cidade como educadora é destacar uma dimensão já constitutiva desse espaço, buscando com isso favorecer explicitações de projetos educativos para as cidades”.

As cidades podem ser objeto de estudo, ou fazer parte dos conteúdos escolares de diversas ciências, entre elas a Geografia. Sendo assim, Cavalcanti (2002, p.08) afirma que “a cidade no ensino é vista também como tema propiciador do desenvolvimento de habilidades para a prática cotidiana de deslocamento e de interação espaciais, e junto com isso é formador de valores e condutas”.

Ainda de acordo com Cavalcanti (2002, p.15), “os conceitos geográficos permitem aos alunos, no estudo de Geografia, localizar e dar significação aos lugares, pensar nessa significação e na relação que eles têm com a vida cotidiana de cada um”. Atribuindo esses conceitos geográficos para o estudo da cidade, o aluno aprenderá a se localizar, a compreender a localização de seu bairro e a dinâmica de seu município, a localização das áreas poluídas e porque são poluídas, gerando maior interesse desse aluno para com sua cidade, propiciando a construção de sua cidadania e possivelmente despertando o interesse para participar, ou querer participar, da gestão de sua cidade. Segundo Cavalcanti (2002, p.19) “... ensinamos Geografia nas escolas para que as pessoas desenvolvam uma percepção da espacialidade das coisas, nas coisas”.

Castellar (2009, p.44) justifica o que Cavalcanti afirma anteriormente como um “sério desafio educacional” e explica ainda que, tratar das questões urbanas cotidianas com os

alunos é “devolver-lhes, em algum grau, a qualidade de sujeitos de suas cidades e protagonistas de sua gestão” (grifo da autora).

Sobre a concepção de cidade educadora, é importante mencionar a relação que Castellar (2009, p.54) faz entre essa temática e a geografia escolar:

[...] falar em cidade educadora no contexto da educação geográfica ou de um projeto educativo significa destacar a possibilidade de, pela mediação da escola e do trabalho escolar com a Geografia, formar cidadãos que conhecem, de fato, a cidade em que vivem, que compreendem os Lugares como locais produzidos segundo projetos sociais e políticos determinados e que, sendo assim, sua participação nessa produção é viável, desejável e pode contribuir para que seja garantida nela a melhor vida coletiva possível.

Além da cidade oferecer um vasto campo para estudos geográficos, o professor de Geografia poderá usar os mecanismos tecnológicos a seu favor, como a internet, os filmes, as fotografias, os desenhos, as charges, as músicas, os poemas, a televisão e muitos outros, pois todos esses recursos estão repletos de conhecimentos geográficos (CAVALCANTI, 2002, p.85) os quais, o professor poderá utilizar para levar as situações globais para o conhecimento do aluno. Isso é de veras importante, pois hoje estamos conectados ao mundo e o que acontece em qualquer lugar do planeta pode interferir na vida local e cotidiana do aluno, portanto se os recursos tecnológicos podem ajudar o professor a mostrar para o aluno que tudo está interligado e que ele é parte desse grande sistema, e por isso, suas ações são importantes, porque não usar?

O ensino de Geografia pode contribuir substancialmente para a diminuição de conflitos entre grupos sociais urbanos, pois a Geografia escolar trabalha com a realidade de vários lugares globais ou nacionais, portanto ela pode ajudar o aluno a compreender e a respeitar as diferenças, despertando a curiosidade benéfica para o aprendizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A globalização e especialmente o modelo de sociedade advindo dela podem ser encarados como causadores de vários conflitos sociais e de propagar a segregação e a exclusão social nas cidades. Entretanto, não é a única. A falta de compromisso dos gestores das cidades em

proporcionar os direitos básicos para cada cidadão contribui para que, a cada dia, haja a separação de grupos sociais nas cidades, aumentando a intolerância e o preconceito.

A cidade é o lugar onde acontecem muitos conflitos por aglutinar milhares de pessoas diferentes e com culturas diferentes. Entretanto, nesta não há somente conflitos, é também um local onde o capital se mostra devastador, tanto na sua forma de “espetáculo” alienando as pessoas, como na sua forma degradante prejudicando a qualidade de vida da população.

Além de problemas sociais, as cidades são fontes de degradação ambiental, pois concentram muitas indústrias e grandes densidades demográficas, as quais geram resíduos que contaminam a água, o ar e o solo.

Esses são os problemas urbanos existentes na maioria das cidades mundiais, contudo, a maioria da população vive nessas cidades, então é necessário tomar medidas para reverter todo esse caos que se instalou nas áreas urbanas. Uma dessas medidas que poderiam contribuir para amenizar boa parte desses problemas, certamente é a melhoria da educação. Entretanto, essa educação não é só responsabilidade das escolas, mas de vários agentes sociais que unidos às escolas, poderiam melhorar substancialmente a educação nas cidades. Um exemplo de que essa união pode funcionar é o Projeto Educativo da Cidade criado na cidade de Barcelona, na Espanha.

Outra medida que pode contribuir para a educação nas cidades é fazer com que os professores nas suas aulas, e especialmente nas aulas de Geografia, trabalhem mais profundamente as cidades, que ajudem os alunos a refletirem sobre os problemas de seu município, e dessa forma, pensem em possíveis sugestões para amenizar esses problemas. Com isso, os professores despertarão um maior interesse nos seus alunos de aprenderem sobre seus direitos e quererem participar da gestão da sua cidade, exercendo assim, sua cidadania.

## REFERÊNCIAS

BORJA, J. Revolucionaria y contrarrevolución en la ciudad global. In: HARVEY, D e SMITH, N. **Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona, Espanha: Universidade Autônoma de Barcelona, Server de Publicacions, 2005. p.9-27.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madri, Espanha: Alianza Editorial, 2003. p.21-55.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2003. p.209-255.

CASTELLAR, Sônia M. Vanzella. Lugar de Vivência: a cidade e a aprendizagem. In: GARRIDO, Marcelo P. **La Espesura Del lugar: reflexiones sobre el espacio em el mundo educativo**. Colección Investigación. Santiago, Chile: Universidad Academia: Salesianos Impresores S.A., 2009. p. 37-56.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaço de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. In: **Ciência Geográfica**. Bauru, v.10, p.151-156, 2004.

CERVERA-MARCH, S. e GÓMEZ-GRANELL, Carmen. El medio ambiente y la globalización. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmen e VILA, Ignácio (coord.) **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona, Espanha: Ed. Octaedro, 2001. p.83-107.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997. p.9-35.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. p.13-41.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen e VILA, Ignácio (coord.) **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona, Espanha: Ed. Octaedro, 2001. p.11-32.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1997. p.7-22.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. p.45-66.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.15-32.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel, FAPESO, 1998. p.11-48.

VINTRÓ, Eulàlia. Educacion, escuela, ciudad: el Proyecto Educativo de la ciudad de Barcelona. In: GÓMEZ-GRANELL, Carmen e VILA, Ignácio (coord.) **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona, Espanha: Ed. Octaedro, 2001. p.33-52.